

## Poder ideológico e consciência política: a hora do voto

Escrito por Gercinaldo Moura  
Qua, 12 de Janeiro de 2011 00:00

---

**Resumo:** O poder não é algo que existe objetivamente, é fruto de uma relação de consciência. Neste meio existem aqueles que consolidam esta relação inconscientemente, chamados de “analfabetos políticos” e aqueles que pensam na mudança, os chamados “conscientes políticos”. Nenhum dos dois poderá mudar a sociedade com suas ações, mas o segundo poderá com sua consciência.

**Palavras-chave:** 1. Política; - 2. Ideologia; - 3. Consciência – Voto.

A política no Brasil é algo visto com muito descrédito, desinteresse e até desrespeito por parte da população, isso acontece porque, além do comportamento dos políticos, poucos também entendem o funcionamento da política. Isso tem sido motivo para que o voto seja exercido puramente como uma obrigação, sem qualquer percepção de um direito. Por esta razão também, a desobrigação do voto (como muitos pregam) poderia, pelo menos nos primeiros momentos, atingir níveis de abstenção tão elevadas que causaria conseqüências comprometedoras, não necessariamente para os resultados legais do pleito, mas para a legitimidade do mandato conferido pelo fracassado resultado do pleito.

As pessoas (aqui nos referimos especificamente ao eleitorado brasileiro), não conseguem entender que: Os políticos e nós somos as mesmas pessoas. Qualquer político eleito é um cidadão comum, escolhido entre nós, para nos representar nas diferentes esferas do poder (DANTAS, 2007 p.11). O indivíduo, que antes era uma “pessoa comum”, agora se torna um político com mandato e poderes, atribuídos pela sociedade a partir da relação de eleitor e eleito. Aí se insere a idéia de poder como uma relação entre pelo menos duas partes, e não como algo individual. O poder, seja ele de qualquer natureza ou exercício, se revela na expressão de um coletivo que atribui a um indivíduo a função de exercer um serviço para o povo. Este é o princípio que norteia a Constituição Federal com a expressão: “Todo poder emana do povo para em seu nome ser exercido”.

Portanto, o poder não existe objetivamente, não pode ser encontrado em algum lugar ou como se fosse um objeto. Ele é fruto de uma relação ideológica entre os indivíduos ou as partes de uma sociedade. Conforme Maltez (2004), “o poder político não é uma coisa, é uma relação. Uma relação entre a república e o principado, entre a comunidade e o aparelho de poder e destes com um determinado sistema de valores”.

O poder político, por exemplo, constituído através de um mandato, existe porque uma parte da sociedade o atribuiu a alguém. Mas, é importante entender subjetivamente que não é meramente o voto marcado em uma cédula ou registrado em um computador que dará poder ao político. O voto é uma simbologia que formaliza as organizações do sistema de Estado convencionado pela sociedade moderna, legalizando o poder, e apenas às vezes legitimando-o. Se fosse ele (o voto) que, de fato, desse poder ao político, era suficiente destruí-los (rasgar as cédulas ou destruir o computador) para interromper o poder. Todavia o poder existe, e agora como algo concreto, consolidado numa consciência que assumimos,

## Poder ideológico e consciência política: a hora do voto

Escrito por Gercinaldo Moura

Qua, 12 de Janeiro de 2011 00:00

---

empoderando o político (ou qualquer outro agente de poder: militar, religioso, empresarial, etc.). O presidente é presidente, como os demais políticos são políticos, porque nos (a sociedade) atribuímos-lhe o poder através do voto e assumimos a consciência de que eles os têm. É exatamente essa consciência que legitima o poder já antes alcançado legalmente pelo voto.

É o nosso pensar, a nossa consciência, e de certo modo, o nosso querer que constitui o poder de alguém. Somos nós (a sociedade) que decidimos quem tem poder, decidimos quem vai ser político, até quando terá mandato político, inclusive quanto deverão ganhar (É claro que isso exige uma reflexão maior sobre a idéia de uma sociedade consciente, mas não é essa nossa discussão agora). Portanto, decidimos a vida dos políticos. Os interesses da pequena parcela que domina a sociedade (os políticos) exigem imperiosamente que ignoremos este postulado e até cheguemos a pensar que o poder é algo natural, divino, quem tem poder tem, porque “já nasceu com a estrela na testa”. Isto garante a possibilidade de uma relação de injustiça e desigualdade, mas de forma harmoniosa. Por este pensamento, o poder é de uma providência divina ou conseqüência da própria natureza.

Ainda mais: inverte-se no contexto social, por conseqüência de um “analfabetismo político”, o verdadeiro papel dos envolvidos nesse círculo político ideológico. O político que necessita do voto do eleitor não parece ser quem está precisando e pedindo alguma coisa, assim como o eleitor que dá o voto ao político, não parece ser quem está na condição privilegiada de quem tem algo para oferecer. Hora, o povo é o patrão (pelo menos assim deveria ser entendido), que paga inclusive o salário por tais serviços. Infelizmente é difícil entender que esta é uma relação que precisa ser alimentada para ser mantida a lógica do poder ideológico. Isto pode explicar a necessidade de se cultivar o “analfabetismo político” em nossa sociedade. Aquelas pessoas que não sabem que a garantia de escola, saúde e emprego não são gestos de boa vontade, são obrigação do governante e direito do povo. Assim como também não sabem que o preço da sua comida, a possibilidade de seu emprego, o valor do seu salário depende das decisões dos políticos.

Parafraseando Arnold Toynbee, o maior castigo para os que não se interessam por política é que serão governados por quem se interessa pelo poder. É preciso saber que quem decide a vida dos políticos somos nós mesmos, como somos nós que fazemos nossa História e que podemos construí-la de um modo diferente (isso, claro numa perspectiva de sociedade, de coletivo). Mas isso não pode ser entendido como resultado apenas do fato de termos votado consciente. Até porque sabemos que mesmo para quem tem votado consciente muita pouca coisa ou quase nada mudou, na perspectiva social.

Poderíamos então dizer que o eleitor consciente não é aquele que apenas vota, mas o que acompanha o mandato do candidato que se elegeu. A partir daí iniciamos outra questão: Como acompanhar o trabalho dos políticos que votam secretamente aquelas decisões quando lhes são convenientes o segredo? Isso pode revelar que a distancia que separa o “analfabeto político” do “consciente político” não é necessariamente o efeito de sua atitude frente a um momento de decisão política, mas o efeito de uma consciência numa perspectiva Sócio-Histórica, que poderá transformar a sociedade, que nem um nem outro conseguirá alcançar fisicamente, mas as gerações de um futuro, que poderia ser nós, se a do passado

## Poder ideológico e consciência política: a hora do voto

Escrito por Gercinaldo Moura

Qua, 12 de Janeiro de 2011 00:00

---

tivesse assim pensado. Portanto, nem um, nem o outro poderá mudar a sociedade com suas ações, mas o segundo poderá com sua consciência.

Enfim, vivemos em uma sociedade que fundamenta o poder a partir da criação de mitos e símbolos. Daí que a mudança tem como ponto de partida uma efetiva revolução da consciência no coletivo das pessoas e não necessariamente o simples movimento de peças que constituem uma estrutura social em desacordo com os interesses da maioria. A máxima da constituição federal reflete apenas em parte o preceito de que o poder é do povo. Pois, de fato, todo o poder emana do povo. Mas, muito pouco em seu nome é exercido. Não podemos esquecer que o que fundamenta a história é o conflito de interesses, senão o que teríamos seria apenas a cronologia dos acontecimentos e dos fatos. Contudo, ainda podemos decidir nossa História, fazermos a nossa História. Enfim, antes da política decidir nossas vidas, somos nós que decidimos a política e a vida dos políticos.

Para concluir essa reflexão acerca de um tema que provoca tantas dúvidas e tão pouco entendimento, não poderia deixar de expressar uma opinião objetiva acerca de um tema tão subjetivo. Até podemos errar votando em um candidato que pensamos que é honesto, mas, de forma alguma podemos errar votando em um candidato que sabemos que é desonesto. E é fundamental entender que aquele que exibe uma “declaração formal de honestidade”, expedida por qualquer que seja o agente ou a instituição, não se segue que seja necessariamente tão honesto, quanto supostamente seja desonesto aquele que não tem a mesma declaração. Numa sociedade como a nossa, as virtudes e os desvios de caráter formalizam-se escusamente, a partir das relações de poder e das influências nas instituições formais que exercem os detentores do poder. A nossa obrigação é legitimar o que é verdadeiramente virtuoso com a nossa consciência.

### Referências

DANTAS, Humberto; MARTINS Jr. Jose Paulo (Orgs). **Introdução a política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Ciências Sociais).

Maltez, Jose Adelino. Sistema político, o que é. <http://www.topicospoliticos.blogspot.com> acessado em 17 outubro 2004.